



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

**Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014.**

**Comunicação nº 023/14 - TJD/RJ**

**Despacho do Relator**

**Processo** 013/2014

Recurso Voluntário com Pedido de Efeito Suspensivo

**Recorrente:** Nova Iguaçu FC

**Recorrido:** Decisão da 3ª Comissão Disciplinar Regional que suspendeu o Sr. Edson Santana de Souza – Técnico do Nova Iguaçu FC à 01 (uma) partida de suspensão quanto ao artigo 258 do CBJD.

**Despacho:**

A Douta Procuradoria deste Tribunal de Justiça Desportiva ofereceu denúncia contra o Sr. Edson Santana de Souza, técnico do Nova Iguaçu FC, às penas do artigo 243-F do CBJD.

Em depoimento pessoal, o Sr. Edson afirma que:

**“realmente adentrou ao campo de jogo como relatado  
na súmula e proferiu algumas palavras de baixo calão,**



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

sendo que tais palavras foram dirigidas aos seus atletas para que os mesmos não cometessem atitudes que pudessem prejudicá-los” (grifos nossos)

Sem mais provas, passou a C. Terceira Comissão Disciplinar a julgar o feito, e, por maioria, foi o Sr. Edson suspenso, em 01 (uma) partida sendo melhor enquadrada a sua conduta do artigo 243-F para o artigo 258 do CBJD.

Inconformado com a decisão o Nova Iguaçu FC, interpõe, tempestivamente, Recurso Voluntário com Pedido de Efeito Suspensivo, sendo cumpridas as exigências legais impostas à interposição dos referidos Recursos.

É o relatório, passo a decidir:

Com fulcro nos art. 9º inciso XII e 147 do CBJD, passo a examinar o requerido.

Verifica-se que, em depoimento pessoal, o Sr. Edson confessa que adentrou ao campo de jogo e proferindo palavras de baixo calão, tergiversa ao mencionar que as ofensas não foram em desfavor do arbitro da partida e sim para os seus comandados.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

O Sr. Edson não produziu prova em seu favor, prevalecendo à presunção de veracidade da súmula da partida.

O artigo 147-A do CBJD aponta pela faculdade do relator em conceder o efeito suspensivo ao recurso voluntário desde que se convença da verossimilhança das alegações do recorrente, quando a simples devolução da matéria puder causar prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

Não se poderá confundir a concessão do efeito suspensivo no recurso voluntário como método de retardamento e eternização do processo.

Em análise das provas produzidas nos autos, não há qualquer elemento probatório constituído em favor do Sr. Edson, ao revés o mesmo em depoimento pessoal confirma o relatado pela súmula da partida (adentrou ao campo de jogo e proferiu palavras de baixo calão), mas com o sutil direcionamento de tais palavras aos seus atletas e não ao arbitro.

Por ausência de elementos probantes, não vislumbro a verossimilhança.

A concessão do efeito suspensivo não se pode transformar em mero procedimento automático de não cumprimento imediato das penas impostas em primeiro grau, com o fim único de retardar a efetivação da tutela jurisdicional, sob pena de trazer a este órgão jurisdicional a pecha de lentidão e eternização de seus processos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Pelo exposto, ***indefiro a liminar pleiteada e nego o efeito  
suspensivo ao recurso voluntário.***

Publique-se, Intime-se e Cumpra-se.

Após, vista à douda Procuradoria.

Vagner Lima Gabriel

Relator